

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.909 - SP (2019/0239597-5)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A**  
**AGRAVANTE : AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A**  
**ADVOGADO : ELIAS MUBARAK JUNIOR E OUTRO(S) - SP120415**  
**AGRAVADO : SERGIO LUIZ DORNAIKA**  
**AGRAVADO : MIRIAM TEIXEIRA DORIA DORNAIKA**  
**ADVOGADO : MICHEL STEFANE ASENHA - SP243815**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 640/642).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo das recorrentes, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 576):

PARCERIA AGRÍCOLA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C. C. COBRANÇA. Cerceamento de defesa não configurado. Em havendo elementos de prova suficientes para a inteira compreensão das questões formadas, o julgamento no estado é de rigor. Asserção de ilegitimidade passiva afastada. Contratos de parceria agrícola e de compra e venda de cana-de açúcar que são coligados. Controvérsia acerca da natureza do instrumento contratual celebrado. Acordo de parceria agrícola descaracterizado. Convenção entre as partes de pagamento de valor certo e mensal pelo uso da terra, o que qualifica a natureza de arrendamento rural. Inteligência dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 59.566/66, que regulamenta o Estatuto da Terra (Lei nº 4.947/66). Ausência de prova de pagamento das parcelas sub judice. Ônus das rés, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil, do qual não se desincumbiram. Multa contratual que é reflexo do inadimplemento praticado, porém, de forma equitativa diante do cumprimento parcial da obrigação. Inteligência do artigo 413 do Código Civil. Não caracterização da litigância de má-fé das rés, tendo em vista a não configuração das situações elencadas no art. 80 do CPC/2015. Recurso provido, em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 597/600).

No recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, as recorrentes apontaram ofensa ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015.

Sustentaram violação do art. 370 do CPC/2015, aduzindo que houve cerceamento de defesa, pois não foi oportunizada a produção de prova pericial contábil, imprescindível para a apuração dos valores envolvidos.

Suscitaram afronta aos arts. 187, 421 e 422 do CC/2002, alegando que os contratos não devem ser rescindidos, eis que próximos de seu término.

Pleitearam a aplicação do art. 884 do CC/2002, uma vez que "diante da rescisão do presente contrato, é evidente que os recorridos receberão valores que não lhes são devidos e que demandam produção de prova pericial para aferição do *quantum* devido" (e-STJ fl. 612).

Por fim, indicaram a negativa de vigência do art. 96, § 2º, da Lei 4.504/1964, sustentando que o contrato de parceria agrícola não se confunde com um contrato de

arrendamento rural, pois enquanto este prevê pagamentos mensais, aquele possibilita adiantamentos em favor dos parceiros comerciais. Nesse contexto, afirmaram que não existiu inadimplemento contratual.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 634/639).

No agravo (e-STJ fls. 645/666), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foram apresentadas contraminutas (e-STJ fls. 671/676).

É o relatório.

Decido.

O recurso não especificou as questões consideradas omissas, limitando-se à alegação genérica de que, acaso o STJ entenda não prequestionados os dispositivos legais, então o acórdão recorrido contraria o art. 1.022 do CPC/2015. Com efeito, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o "Recurso especial que suscita negativa de prestação jurisdicional, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, sem indicar precisamente o ponto que supostamente estaria omissa, contraditório, obscuro ou com erro material, é deficiente em sua fundamentação e atrai a aplicação do óbice descrito na Súmula 284/STF" (AgInt no AREsp 1.343.812/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 12/4/2019).

Em relação à suposta ofensa ao art. 884 do CC/2002, a tese apresentada pelas recorrentes, de enriquecimento sem causa dos recorridos, não foi debatida anteriormente, carecendo assim de prequestionamento. Aplica-se a Súmula n. 211 do STJ.

Destaque-se que não há incompatibilidade entre reconhecer a ausência de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015 – em virtude da alegação genérica de violação do referido artigo, a atrair o óbice da Súmula n. 284/STF – e declarar a falta de prequestionamento de questões invocadas nas razões do especial.

A respeito:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS FUNDAMENTOS.

1. Não há, por si só, incompatibilidade entre o não reconhecimento de prequestionamento e a conclusão de que não se verifica ofensa ao art. 535 do CPC pelo Tribunal a quo. Precedentes do STJ.

2. No tocante à alegada omissão, o Agravo Regimental não supera o óbice da Súmula 284/STF, aplicável por analogia, uma vez que a parte se limita a arguir genericamente que o Tribunal a quo se omitiu quanto à análise do art. 1º-A da Lei 9.873/1999 e de precedente do STJ, mas não demonstra qual a relevância de tais questões para o julgamento integral da lide e por qual motivo o órgão julgador teria o dever de apreciá-las.

3. Agravo Regimental parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(AgRg no AREsp 533.799/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 27/11/2014.)

O Tribunal de origem, levando em conta o contexto fático da lide, considerou os documentos entranhados ao processo suficientes para formar a convicção do juízo, entendendo haver elementos suficientes para solucionar a demanda, afastando a alegação de cerceamento de defesa.

Confira-se (e-STJ fl. 578):

Afasta-se a asserção de cerceamento de defesa, eis que o devido processo legal foi observado em toda a sua concepção, resultando o julgamento de expressa previsão normativa, o que, por óbvio, homenageia o princípio constitucional.

Note-se que a prova pericial requerida tem caráter protelatório, uma vez que a r. sentença determinou a apuração dos valores em sede de liquidação.

De fato, alterar essa conclusão demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS, ESTÉTICOS E PENSÃO MENSAL. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1308002/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 18/12/2018)

A Corte de origem consignou a necessidade de rescisão do contrato por inadimplência das recorrentes. Confira-se (e-STJ fls. 580/582):

Pois bem, o ponto central da controvérsia é saber se o acordo firmado pelas partes tem natureza de arrendamento ou de parceria rural.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) criou os dois institutos mencionados, que foram conceituados pelo Decreto nº 59.566/66, nos seguintes termos: “Art 3º Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro industrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel , observados os limites percentuais da Lei”, e ainda, “Art 4º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nêle ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da fôrça maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei”.

Analizados o contexto fático-probatório dos autos, ao reverso do que sustentam as apelantes, infere-se que as partes celebraram, na verdade, um contrato de arrendamento rural, e não de parceria agrícola, fato este corroborado com o documento de fls. 19, em que os apelados requereram das apelantes o pagamento mensal no quinto dia útil de cada mês correspondente a importância equivalente a sessenta toneladas de canas-de-açúcar por alqueire/ano, em favor dos proprietários do imóvel, pleito que foi atendido conforme se afere do memorial de cálculos apresentado às fls. 97/99.

Vale dizer, em outras palavras, que a constância dos pagamentos, contendo a mesma quantia e no mesmo dia de vencimento, caracteriza retribuição certa, ou aluguel, nos

termos do artigo 3º do Decreto nº 59.566/66, e afasta a natureza instável da parceria agrícola.

Andou bem o MM. Juiz de primeiro grau ao afirmar: “Nesta esteira, reputo pela aplicação do instituto da surrectio, corolário da boa-fé objetiva, a qual, por sua vez, deve estar compreendida na interpretação dos negócios jurídicos regidos pelo ordenamento ora vigente, nos moldes do artigo 113 do Código Civil, de maneira que a alegação das requeridas quanto ao pagamento somente após a entrega da safra deve ser afastada, devendo este ser efetuado mensalmente, conforme a praxe até então adotada” (fls. 509).

No que tange à alegação de que houve o adimplemento das parcelas sub judice, pondere-se que a prova do pagamento é a quitação, que se dá por meio de recibo, prova documental por excelência, ônus do qual não se desincumbiram as apelantes. Ademais, tal argumento é contraditório com a afirmação dos próprios apelantes de que houve adimplemento substancial das obrigações (fls. 543/545).

Nem se diga que os contratos não devem ser rescindidos porque estão próximos de seu término, isso porque, como mencionado pela instância de origem, o inadimplemento do contrato por parte das apelantes resultou em sua dissolução.

Contudo, quanto à alegação de que os contratos não devem ser rescindidos porque estão próximos de seu término, a parte não impugnou o fundamento de que o inadimplemento do contrato por parte das recorrentes resultou em sua dissolução, não podendo falar, assim, em violação dos arts. 187, 421 e 422 do CC/2002.

Incide, portanto, a Súmula n. 283 do STF.

Ademais, somente seria possível rever o acórdão recorrido, o qual afirmou a existência de inadimplemento das recorridas – uma vez que o contrato entabulado entre as partes tem natureza contratual de arrendamento rural, e não de parceria agrícola –, caso fosse reapreciado o contrato, os fatos e as provas dos autos. Contudo, a instância ordinária é soberana na análise das provas dos autos, sendo vedado reexame de contratos e provas em sede de recurso especial. Incidem, assim, as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA DE INTERDIÇÃO. INCAPACIDADE ANTERIOR. NECESSITA DE PROVA. ATESTADO MÉDICO. NÃO PROVA INCAPACIDADE. PARCERIA PECUÁRIA. RITO SUMÁRIO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 5/STJ. PRECLUSÃO DA PROVA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO NA APELAÇÃO. SÚMULA 283/STF.

1. A decisão de interdição, conquanto seja sempre posterior ao fato que causou a incapacidade, só faz prova da impossibilidade do interditado praticar por si atos da vida civil após ser proferida, sendo necessária a prova da incapacidade em momento anterior, como forma de resguardar aqueles que se relacionaram com o interditado.

2. O atestado médico não faz prova da incapacidade e deve ser analisado pelo julgador para identificar se há condições da prática de atos da vida civil por aquele que está com a saúde fragilizada.

3. O Tribunal de origem entendeu que se tratava de parceria agrícola e, com isso, aplicou o rito sumário. Rever as cláusulas contratuais para afastar esse contrato típico importaria afronta à Súmula 5/STJ.

4. “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles” (Súmula 283/STF).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 23.336/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 18/12/2015.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, não há como acolher a tese de dissídio jurisprudencial, tendo em vista que falta identidade entre o paradigma apresentado e os fundamentos do acórdão.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator